

# BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1475 | 20/05/2019 a 26/05/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



Fórum Regional  
Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação

FEBRE AFTOSA

## PREPARADOS PARA O CRESCIMENTO

Fórum Regional orienta pecuaristas do Paraná para a conquista do *status* de área livre da doença sem vacinação

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)

# Aos leitores

Apesar de alguma oposição pontual, o processo para o reconhecimento do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação tem conquistado adeptos em todas as regiões do Estado. Prova disso são os dois primeiros encontros do Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação realizados em Paranavaí e Cornélio Procópio. Milhares de pecuaristas, representantes das indústrias, técnicos e outros profissionais da cadeia produtiva do agronegócio estiveram presentes para acompanhar os próximos passos do já traçado e consolidado caminho para o Paraná obter o certificado junto à Organização Mundial de Saúde Animal.

O reconhecimento é questão de tempo. E pelo robusto trabalho de segurança sanitária desenvolvido no Paraná nas últimas décadas, por parte das iniciativas pública e privada, com destaque para o trabalho do Sistema FAEP/SENAR-PR, o prazo para coroação é curto. Assim como os benefícios para toda a pecuária paranaense, inclusive de aves e suínos.

Ainda sobre essas duas cadeias produtivas, o Sistema FAEP/SENAR-PR está retomando o levantamento do custo de produção. Serão dezenas de visitas em diversas cidades e reuniões com produtores para consolidar os números no Estado. De posse deles, posteriormente, o setor produtivo terá mais uma ferramenta nas reuniões das Cadecs para negociar valores. Afinal, contra fatos não há argumentos.

**Boa leitura!**

## Expediente

### • FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

### • SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambillia

### • BOLETIM INFORMATIVO

**Coordenação de Comunicação Social e Edição:** Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1475:

Fernando Santos, Antonio Carlos Senkovski, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock

## ÍNDICE

### NOVO STATUS

Fórum prepara pecuaristas do Paraná para o reconhecimento do Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação

PÁG. 6

### JAA RENOVADO

SENAR-PR e Secretaria da Educação assinam cooperação que mantém programa voltado a jovens do campo

Pág. 3

### PULVERIZAÇÃO AÉREA

Mesmo inconstitucional, avança na Assembleia Legislativa projeto que quer proibir a pulverização por aviões

Pág. 4

### LIDERANÇA RURAL

Novo curso que faz parte do programa Sustentabilidade Sindical já está disponível a sindicatos

Pág. 16

### CUSTOS DE PRODUÇÃO

Sistema FAEP/SENAR-PR retoma levantamento que subsidia a produção na avicultura e suinocultura

Pág. 18

### ZARC

Estudo mapeia riscos climáticos e aponta períodos adequados de plantio para cada cultura

Pág. 24





# SENAR-PR e governo estadual renovam cooperação do JAA

## Programa voltado à educação de jovens do campo prepara nova geração para o mercado de trabalho

O SENAR-PR assinou, no dia 13 de maio, um termo de cooperação com a Secretaria de Estado de Educação (Seed) para dar continuidade ao programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), que tem como foco as oportunidades de trabalho existentes nas atividades agrossilvopastoris junto às novas gerações. O objetivo é preparar os jovens do campo para o futuro e minimizar o êxodo rural.

Segundo o secretário estadual de Educação, Renato Feder, “trata-se da continuidade de um trabalho importante que aproxima o jovem do campo da atividade profissional e vem sendo realizado no Paraná com apoio da Secretaria de Educação”. Para o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, que

esteve na sede da Secretaria, em Curitiba, para assinar o termo de cooperação, a educação é o principal alicerce para o desenvolvimento. “Nós temos a consciência de que precisamos trabalhar hoje os cidadãos do futuro”, avaliou.

Com a assinatura do documento, a carga horária do JAA passa a ser contabilizada junto ao Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere). Desta forma, as atividades do JAA constarão no histórico escolar dos alunos. “Além disso, a secretaria irá auxiliar com espaço para realizar o JAA, se responsabilizando por levar alimentação para os jovens, pelo transporte em alguns casos. São parceiros que atuarão como facilitadores para que o Programa aconteça”, observa a pedagoga do SENAR-PR, Regiane Hornung, responsável pelo JAA.

O JAA possui uma etapa inicial com 144 horas de duração, distribuídas em encontros semanais com duração de oito horas, envolvendo conhecimentos básicos nas áreas de agricultura e pecuária. Ainda, a capacitação traz conhecimentos e competências que irão acompanhar os egressos por toda a vida, como comunicação, liderança, trabalho em equipe e cidadania.

Após esta fase, os jovens passam por uma etapa específica, com duração de 104 horas, na qual focam em conhecimentos em uma atividade do meio rural: pecuária leiteira, fruticultura, mecanização, agricultura orgânica, olericultura e cana-de-açúcar.

## Cuidado com o futuro

Além do programa JAA, o Sistema FAEP/SENAR-PR trabalha com outras iniciativas voltadas para o público jovem. Uma delas é o Programa Agrinho, que em 2019 completa 24 anos de atividades. Ao longo desse tempo, ele contribuiu intensamente para a formação de gerações de cidadãos mais críticos e conscientes. Além de trabalhar junto aos alunos temas transversais como cidadania, meio ambiente, ética e saúde, ele incentiva os professores a irem além, premiando as quatro melhores experiências pedagógicas do Estado com automóveis zero quilômetro.

Também o Aprendizado de Adolescentes e Jovens (AAJ) prepara os jovens para o futuro, construindo uma ponte entre a sala de aula e o mercado de trabalho, aliando a teoria à prática.

# Inconstitucional, projeto que proíbe pulverização aérea no PR segue na Alep

FAEP e Adapar elaboraram relatórios aos deputados com aspectos jurídicos, técnicos e ambientais que demonstram como o sistema é fundamental para a agricultura do Estado



Sessão da CCJ ocorreu em 14 de maio, na Assembleia Legislativa do Paraná

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) decidiu, por maioria dos deputados, pela tramitação do Projeto de Lei (PL) 2/2018, de autoria do deputado Tadeu Veneri (PT), que pretende proibir a pulverização aérea de agroquímicos. A votação aconteceu no dia 14 de maio, na Alep, em Curitiba. Dos 13 integrantes da CCJ, apenas quatro deputados estaduais votaram pela inconstitucionalidade da matéria: Tião Medeiros (PTB), Homero Marchese (PROS), Cristina Silvestri (PPS) e Paulo Litro (PSDB).

O Projeto de Lei é considerado inconstitucional, afinal, uma lei estadual não pode “revogar” uma legislação federal. No Brasil, a aplicação de agrotóxicos por meio do uso da aviação agrícola está regulamentada pelos Decreto-Lei 917, de 7 de outubro de 1969, e Decreto 86.765, de 22 de dezembro de 1981, e pelas Instruções Normativas (IN) do Mapa 2, de 3 de janeiro de 2008, e 15, de 11 de maio de 2016.

“O Ministério da Agricultura permite a pulverização aérea no país. Então, não é atributo do Estado proibir. É preciso criar

regras, mas a proibição é inconstitucional. Existem muitas imprecisões técnicas no texto que comprometem o Projeto de Lei”, destacou o deputado estadual Tião Medeiros, durante a sessão de votação da matéria.

“A FAEP e a Adapar enviaram relatórios a cada deputado mostrando, com base em aspectos jurídicos, técnicos e ambientais, que a pulverização aérea é eficiente e fundamental para a agricultura do Paraná. A decisão da continuidade do Projeto de Lei traz preocupação para o setor responsável por ser um dos pilares da economia do Estado e por gerar milhares de empregos”, destaca o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

O Projeto de Lei 2/2018 traz a ementa de veto da pulverização aérea de agrotóxicos. Além disso, a PL determinava que nas embalagens dos agrotóxicos deverá constar a informação de que o produto é inadequado para o uso em pulverização aérea. A ementa impunha sanções para o descumprimento da lei.

## Seguro e eficiente

A aplicação aérea de defensivos é um método seguro e eficiente. Os produtos aplicados por avião também podem ser aplicados por terra. Ainda, a aviação é o único meio de pulverização com legislação específica e fiscalizado por, pelo menos, cinco órgãos (Ministério da Agricultura, Anac, Ibama, secretarias estaduais de meio ambiente e Agência de Defesa Agropecuária), além de normas específicas e exigências do Ministério Público.

Outro fator que garante a segurança no procedimento é o fato de que as empresas que prestam o serviço precisam ter um engenheiro agrônomo com especialização em operações aeroagrícolas, um técnico agrícola também com especialização no setor, um funcionário responsável pelo Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da empresa, que obriga todos a seguirem o plano de segurança da companhia, além do piloto altamente qualificado.

Ainda, as empresas precisam ter um pátio de descontaminação, onde as aeronaves são lavadas e eventuais resíduos de produtos direcionados para um sistema de tratamento com ozônio, para quebrar o princípio ativo das moléculas nocivas.

A cada aplicação, é preenchido um relatório com informações dos profissionais, produto, mapa do GPS Diferencial (DGPS) do avião com a localização da área aplicada e como foi cada sobrevoo. As condições meteorológicas do período da aplicação, como velocidade e direção dos ventos, também fazem parte do documento.

Apesar de todas as obrigações já expressas em lei, a aviação agrícola brasileira possui, desde 2013, um selo de qualidade operacional e ambiental. Apesar da adesão voluntária, mais de 60% das empresas do setor fazem parte do programa Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS), apoiado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), e coordenado por três universidades públicas: as federais de Lavras (UFLA) e de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais, e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), em Botucatu, São Paulo.



Pulverização aérea já tem legislação federal específica

## Confira os deputados estaduais que votaram a favor da inconstitucionalidade do Projeto de Lei 2/2018:



Tião Medeiros (PTB)



Homero Marchese (PROS)



Cristina Silvestri (PPS)



Paulo Litro (PSDB)

# Retirada da vacina irá aumentar produção pecuária do Paraná

Fórum Regional em seis cidades debate os benefícios do *status* sanitário para bovinos, aves e suínos com a conquista de mercados mais exigentes

Por Antonio C. Senkovski

O Paraná é destaque internacional na produção de proteínas animais. Maior produtor de frango e tilápia e segundo maior produtor de leite e de suínos do Brasil, os pecuaristas do Estado acumulam recordes de quantidade e qualidade. Mas, a futura conquista do novo *status* sanitário de área livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) dará um ânimo ainda maior à economia paranaense. A expectativa é de crescimento considerável com a conquista de novos mercados, nos quais, antes, as empresas do Estado sequer conseguiam sentar à mesa de negociações.

Para preparar os pecuaristas do Paraná, uma rodada de encontros que envolvem o Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação está ocorrendo. Os primeiros dois eventos aconteceram em Paranaíba, na região Noroeste, no dia 14, e em Cornélio Procopio, no Norte, no dia 15. A iniciativa é uma promoção do governo estadual, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, entre outras entidades (ver box). Os próximos encontros ocorrem em Guarapuava (21), Pato Branco (22), Cascavel (23) e Curitiba (29).

“É importante não baixarmos a guarda, aplicarmos ainda mais rigor em nossas atividades, o que os nossos produtores



já estão acostumados a fazer. Afinal, a qualidade dos produtos paranaenses é uma referência internacional. Foram décadas de muito trabalho que vão resultar em uma série de benefícios não só diretamente ao produtor rural, mas a todo o Paraná, que vai gerar mais riquezas e empregos por meio do agonegócio, setor que é o motor da nossa economia”, afirma o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

A ideia de promover encontros com os produtores, segundo o secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, foi levar informações técnicas, tirar dúvidas e debater os próximos passos a serem adotados pelo Estado para a obtenção do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação. “A biossegurança não é algo que depende apenas do governo. Cada produtor rural tem um papel fundamental de tomar medidas em direção às boas práticas na propriedade. O sistema sanitário não interessa apenas ao governador, ao secretário, interessa à cadeia produtiva como um todo, que terá capacidade de acessar novos mercados e movimentar a economia paranaense”, disse o secretário.

Para Elias Zidek, diretor-executivo da Cooperativa Frimesa, com sede em Matelândia, na região Oeste, com a mudança



de patamar, nos próximos três anos, o Paraná se tornará líder na produção de suínos, ultrapassando Santa Catarina (hoje o único Estado livre de febre aftosa sem vacinação e líder na cadeia). “Em três anos, o Paraná vai se tornar o maior produtor de carne suína do Brasil. Posso dar o nosso exemplo, do frigorífico que estamos construindo em Assis Chateaubriand, com capacidade de abater 15 mil cabeças por dia. Há muitos projetos como o nosso pelo Paraná, que estavam apenas esperando a chance para se concretizar. E essa oportunidade chegou”, comemora.

Zidek revela que não será necessária uma espera de muito tempo para começar a vender a mercados como o Japão, que hoje paga até 30% a mais pelo suíno e que o Paraná não consegue atender por não ter o reconhecimento da OIE. “Já estamos com uma aproximação de diversos países. Somos procurados a todo momento para realizar ofertas de produtos. Como o Paraná estava fora do circuito, nós simplesmente não podíamos negociar, ou vender, por causa dessas restrições. Vai ser rápida essa evolução. Assim que tiver a certificação da OIE, os negócios estão aí apenas esperando para acontecer”, estima.

*“O sistema sanitário interessa à cadeia produtiva, que terá capacidade de acessar novos mercados e movimentar a economia paranaense”*

**Norberto Ortigara,**  
**secretário de Agricultura do Paraná**

*“Temos que avançar com o rigor na sanidade, que vai nos levar ainda mais longe na produção de alimentos para o Brasil e o mundo”*

**Ágide Meneguette,  
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR**



Ágide Meneguette: “Temos que avançar”

## Papel da FAEP

Há décadas, a FAEP e o SENAR-PR vêm atuando de maneira firme na construção de um sistema sanitário confiável e ágil para conter qualquer ameaça aos rebanhos paranaenses. Isso desde a atuação de mobilização de produtores e lideranças políticas até a formação de profissionais dentro das mais rigorosas normas internacionais de sanidade animal. “Tivemos uma longa caminhada para chegarmos até aqui, com a participação fundamental de cada produtor. Agora, temos que avançar e seguir com o rigor na sanidade, que nos trouxe onde estamos e que vai nos levar ainda mais longe na produção de alimentos para o Brasil e o mundo”, enfatiza o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Um dos destaques nos últimos meses foi a participação de uma mobilização estadual para que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) permitisse que o Paraná pudesse antecipar o pedido do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação à OIE. O Estado faz parte do Bloco V do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA), que inclui Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina (já livre). Pelo calendário do Bloco, a última vacinação será em 2021, mas o Paraná obteve o aval para que a campanha de imunização deste ano, em andamento neste mês de maio, seja a última em território paranaense.

## Atenção redobrada

O diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Otamir Cesar Martins, classifica a conquista estadual como um novo momento para a pecuária. “Essa é a hora de, mais do que nunca, mantermos nossa atenção redobrada com nossa produção. Faço aqui um convite para que to-

dos fortaleçam os Conselhos de Sanidade Animal, com efetiva participação da sociedade e dos técnicos prestando assessoria. Precisamos da ajuda de todos nesse momento em que retiramos a vacinação contra febre aftosa”, disse Martins.

O médico veterinário da Adapar Rafael Gonçalves Dias lembra que a febre aftosa é uma doença bastante contagiosa e que, por isso, é usada como uma espécie de baliza do sistema sanitário no mercado internacional. Ou seja, se há controle dessa enfermidade significa que o mundo deposita confiança em como os alimentos de origem animal de determinado local são produzidos. “A Adapar vem trabalhando em uma série de medidas no sentido de proporcionar segurança alimentar, como fiscalização dentro das propriedades, no trânsito animal e nas indústrias do setor de produtos de origem animal, além da realização de diagnósticos para que as ações sejam efetivas e estratégicas”, enfatiza.

## Apoio

A série de fóruns é realizada com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep), Emater e Sistema Ocepar, além de entidades locais que apoiam com recursos físicos, como a Prefeitura Municipal de Paranaíba, Sociedade Rural de Cornélio Procópio, Fiep, Unicentro e Sociedade Rural de Pato Branco.





O secretário Norberto Ortigara



Rafael Gonçalves Dias, da Adapar

## Contagem regressiva

Falta pouco para o Paraná atingir o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. Veja quais foram as etapas já cumpridas e quais ainda faltam neste processo:

### 2018

**Auditorias Mapa:** Serviço Veterinário e implantação do PNEFA

### 2019

**Abril:** Mapa confirma antecipação da retirada da vacina no Paraná

### 2019

**Maior:** Última campanha de vacinação contra febre aftosa. Comunicado à OIE informando que a partir desta data, o Paraná não vacinará mais seu rebanho

### 2019

**Setembro:** Mapa publica Instrução Normativa que proíbe ingresso de animais vacinados no Paraná

### 2020

**Agosto:** Mapa confirma a não circulação viral no Estado

### 2020

**Setembro:** Mapa formaliza o pedido junto à OIE

### 2021

**Maior:** Assembleia Geral da OIE, em Paris, reconhece o novo *status* sanitário do Paraná



# Conseleite-PR: por um setor lácteo mais forte e transparente

Conselho criado em 2002 trouxe soluções para os conflitos entre os setores produtivo e industrial, estabelecendo valores de referência para o leite

A cadeia produtiva brasileira de leite, principalmente a partir dos anos 90, passou a enfrentar transformações provocadas pela desregulamentação do setor. Neste cenário, crises surgiram no mercado de leite, devido aos baixos preços pagos aos produtores, o que desencadeou uma série de conflitos entre os setores produtivo e industrial no início dos anos 2000. Após uma sequência de protestos e greves, em 2001, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Leite na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e em outros Estados brasileiros, para investigar as causas da crise.

Com o andamento da CPI, verificou-se a necessidade de estabelecer um referencial de preços para o leite. Essa era a brecha para a mobilização do setor, com representantes que pudessem auxiliar na organização, desenvolvimento e na busca por soluções conjuntas. Tal demanda manifestou-se durante reuniões da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP. Nesse momento, ficou ainda mais claro que as relações conflituosas entre os setores produtivo e industrial precisavam de uma resolução que ambos os lados fossem atendidos, com transparência e responsabilidade.

Por Bruna Fioroni



Então, em 2002, foi criado o Conselho Paritário de Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná, conhecido como Conseeleite, reunindo representantes dos produtores e de indústrias de laticínios do Estado, em equivalência na quantidade de membros. Participam do Conseeleite, a FAEP, o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Paraná (Sindileite) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), responsável pelo levantamento das informações de mercado de laticínios.

O Conseeleite-PR calcula e determina preços de referência para o leite como matéria-prima a partir dos preços médios de 14 produtos e derivados comercializados pelas indústrias. A metodologia de análise considera parâmetros de qualidade e volume do leite entregue às indústrias, com base nos custos de produção nas propriedades, e os preços dos produtos lácteos, com o custo de produção das indústrias. Dessa forma, também é definida a participação percentual do produtor e da indústria em um produto.

## Confiança mútua

O preço de referência é um instrumento que possibilita a livre negociação comercial entre os produtores de leite e a indústria de laticínios. De acordo com o presidente do Conseeleite e da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi, tal medida proporciona maior transparência para o mercado lácteo e o desenvolvimento harmônico da cadeia.

“A divisão é proporcional ao mercado. A indústria e o produtor andam no mesmo sentido, ou dividindo ganhos ou dividindo perdas. É destinado um valor que dá respaldo ao produtor, resolvendo aquela situação de possibilidade de exploração, com preços pagos extremamente baixos”, explica.

Para chegar na definição deste preço, o Departamento de Economia Rural e Extensão (DERE) da UFPR realiza o levantamento de uma série de informações referentes ao desempenho comercial dos produtos lácteos no atacado.

Os valores do Conseeleite são gerados a partir da média ponderada dos produtos comercializados pelas indústrias paranaenses participantes. Todos os dados catalogados pela UFPR são sigilosos, sem acesso pelos membros do Conselho, de modo que o cálculo seja feito com o máximo rigor e idoneidade. A partir da metodologia aplicada, com alguns critérios a serem considerados, esses dados são utilizados no cálculo do preço final de referência.

A cooperação das indústrias é um dos pontos chaves para o bom funcionamento do Conseeleite. Para isso, foi necessário realizar um forte trabalho para estabelecer a confiança de ambos os lados, produtor e indústria, com a garantia de que a transparência seria o mote do processo.

“Nesse período de convencimento, foi muito importante a participação do Sindicato das Indústrias, de seus dirigentes, em convencer as indústrias a sentar e discutir com os produtores, olho no olho. Afinal, nós tínhamos que buscar uma forma de ser transparente uns com os outros”, ressalta Volpi.

O princípio da transparência resolve as relações conflituosas que predominavam no setor, pois, com o preço praticado pelas indústrias em mãos, os produtores conseguem compreender o motivo da oscilação de preços da matéria-prima, principalmente quando atingem baixos valores. Quando o processo de negociação corre sem complicações, garante-se um abastecimento mais estável de matéria-prima à indústria.



Primeira reunião do Conseeleite aconteceu em 2002



## Preços atualizados

Outra vantagem apresentada pelo Conseleite, até então inexistente no Paraná, é a divulgação de preços atualizados, relativos ao volume captado no mês vigente e com projeções para o mesmo período. Antes, as únicas informações disponíveis para os produtores eram os preços pagos e recebidos pelo leite em relação ao volume captado no mês anterior. Essa tabela de preços ainda é divulgada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP).

O preço de referência definido pelo Conseleite é atualizado mensalmente, conforme as reuniões do Conselho. Em torno do dia 15 de cada mês, são divulgados os preços de referência do final do mês anterior e o projetado para o mês em curso.

“O Conseleite projeta o que pode acontecer ainda no fim do mês, divulgando as tendências de mercado a frente. Juntando todas as informações [os preços do Cepea e do Conseleite], o produtor pode negociar a matéria-prima com a indústria e garantir um preço justo”, afirma Volpi. O preço de referência projetado auxilia a negociação antecipada do leite a ser entregue pelo produtor rural à indústria durante esse período.

Vale ressaltar que o valor de referência não é um preço mínimo e está sujeito a alterações, de acordo com os parâmetros de qualidade da matéria-prima. Por isso, o Conseleite disponibiliza um simulador de cálculo (no site [www.conseleitepr.com.br](http://www.conseleitepr.com.br)), em que o produtor pode incluir os valores da análise do leite e o volume médio entregue diariamente. As variáveis analisadas são teor de gordura, teor de proteína, contagem de células somáticas (CCS), contagem bacteriana total (CBT) e o volume entregue.

## Comercialização planejada

Além de assegurar um preço justo e um parâmetro de referência para produtores e indústria, os critérios técnicos e econômicos utilizados pelo Conseleite garantem mais estabilidade aos processos de negociação entre as partes.

“O Conseleite possibilitou que produtores e indústrias encontrassem na divulgação dos preços de referência o parâmetro que sempre lhes faltou para a fixação de valores. Isso é interessante para ambos os lados, pela importância que representa para o planejamento ao evitar grandes oscilações de volumes e de preços”, esclarece o secretário-executivo do Conseleite e técnico do Sistema FAEP-SENAR/PR, Guilherme Souza Dias.

Os preços divulgados, que acompanham as tendências de mercado projetadas pelo Conseleite, dão embasamento para que o produtor se programe para os meses seguintes. Ou seja, há a possibilidade de planejamento da produção e mais segurança para a tomada de decisões.

Os benefícios trazidos pelo Conseleite não fazem ressalvas, isto é, atingem produtores com diferentes características. Pequenos produtores ganham um norte para ampliar e aperfeiçoar os negócios de suas propriedades, enquanto médios e grandes se tornam mais esclarecidos, munidos de uma ferramenta que permite conhecimento de causa para discussões no setor. “Tal fato era impensável antes da instituição do Conselho, quando os preços eram conhecidos apenas no mês seguinte após a entrega de todo o leite”, ressalta Dias.

Outra importante conquista em benefício da comercialização entre produtores e indústria foi o estabelecimento de contratos de compra e venda de leite, em que o preço de referência pode ser utilizado como indexador. “Esse é um recurso muito importante para os produtores, pois oferece mais garantia às negociações. Mas ainda não é uma realidade para todo o setor. O objetivo do Conseleite é conseguir que todos façam uso disso”, afirma o técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR e assessor técnico da Comissão de Bovinocultura de Leite da instituição, Alexandre Lobo Blanco.

## Reconhecimento e exemplo

A integridade destes 16 anos de Conseleite-PR, já certificada nos meios industrial e produtivo, foi além e atingiu outras esferas. O governo do Paraná reconheceu os bons resultados das ações do Conselho e instituiu o valor de referência como base para o pagamento de fornecedores do Programa Leite das Crianças, que faz distribuição gratuita de leite às crianças de baixa renda.

As conquistas do Conseleite-PR também serviram de inspiração para outros Estados. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Minas Gerais seguiram o exemplo paranaense e já possuem seus próprios Conselhos para trazer mais transparência e assertividade para o setor leiteiro em seus respectivos Estados.

O Conseleite também teve um papel essencial para o desenvolvimento de um ambiente favorável para a produção de leite no Paraná. O crescimento significativo pelo qual a pecuária de leite paranaense passou ao longo das últimas duas décadas comprova esse fato. Com a maior alta do país, o Paraná, hoje, ocupa o terceiro lugar no ranking de produção e produtividade, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Pela segurança e estabilidade dos preços, fruto do Conseleite, os produtores conseguem fazer investimento nas propriedades e, assim, melhorar a produtividade”, reforça Lobo Blanco.

Com base em uma proposta inovadora, fundamentada pela preocupação com a transparência e harmonia entre setores industrial e produtivo, o Conseleite-PR se consolidou como importante instrumento em prol do desenvolvimento e prosperidade do mercado leiteiro paranaense.

## Quem faz parte do Conseleite-PR?

O Conseleite-PR é constituído por 22 conselheiros, sendo 11 membros da indústria, representados pelo Sindileite, e 11 produtores, representados pela FAEP; uma câmara técnica com oito membros, que segue a mesma proporção divisória entre indústria e produtores, e a coordenação do Departamento de Economia Rural e Extensão (DERE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## Quais são os produtos analisados pelo Conseleite?

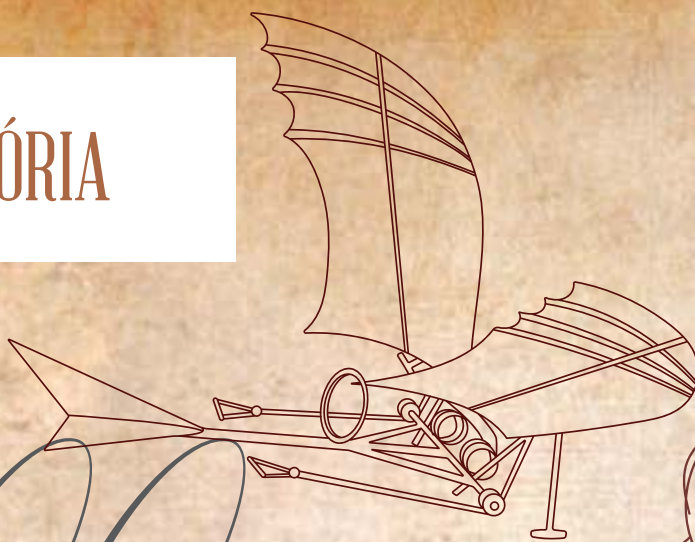
São 14 produtos e derivados lácteos: leite spot, leite UHT, leite pasteurizado, queijo muçarela, queijo prato, queijo parmesão, queijo provolone, requeijão, manteiga, bebida láctea, creme de leite, iogurte, doce de leite e leite em pó.

## O que é considerado para chegar ao preço de referência?

O cálculo, segundo a metodologia utilizada, considera quatro fatores: preços médios dos produtos, participação da matéria-prima no custo total, rendimento industrial da matéria-prima na fabricação dos derivados e mix de comercialização dos derivados.



Conseleite se reúne mensalmente na sede da FAEP



# 500 9 anos da morte de um gênio universal

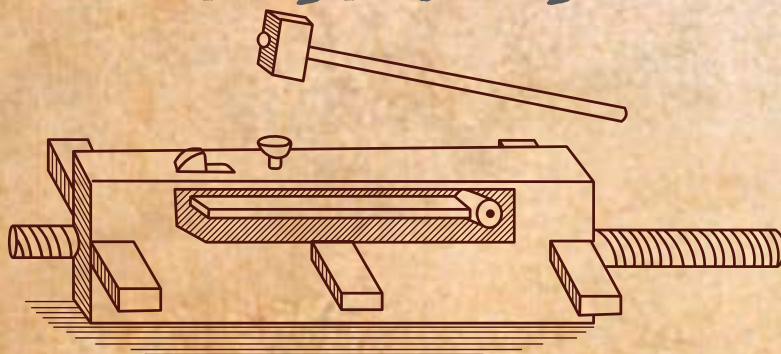
*Leonardo da Vinci era um mestre com diferentes habilidades. Nascido em 15 de abril de 1452, no vilarejo de Anchiano, dentro da comuna de Vinci, Leonardo era filho bastardo de um tabelião com uma camponesa. Ainda novo, ele se muda para Florença, onde conhece o mestre Andrea del Verrochio, renomado artista florentino que toma o jovem Leonardo como seu aprendiz por quase dez anos.*

Em Florença, Leonardo dedicava boa parte de seu tempo aos muitos *hobbies*, como botânica, poesia, anatomia, matemática e artes em geral, fazendo estudos e anotações que posteriormente o imortalizariam como gênio. Por não ter emprego fixo, ele se dedicava bastante tempo aos passatempos variados, cujos produtos constituem uma parte importantíssima de sua obra científica e artística.

Da Vinci morou em várias cidades italianas, como Roma, Milão e Veneza, agraciando cada uma com alguma peça artística especial. Curiosamente, apesar de ser um dos maiores italianos de todos os tempos, Leonardo morreu na França em 1519, onde havia ido morar a convite do rei Francisco I. Quinhentos anos após a morte de Leonardo da Vinci, restam apenas 20 obras comprovadamente pintadas por ele. Mas seus talentos foram além da arte e têm impacto até hoje.

## O inventor

Da Vinci era obcecado com a ideia de voar, tanto que inventou o helicóptero. Ele não chegou a construí-lo, mas deixou anotações com detalhes sobre como funcionaria. O “parafuso aéreo”

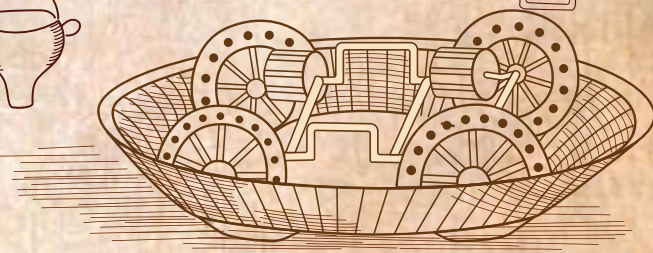
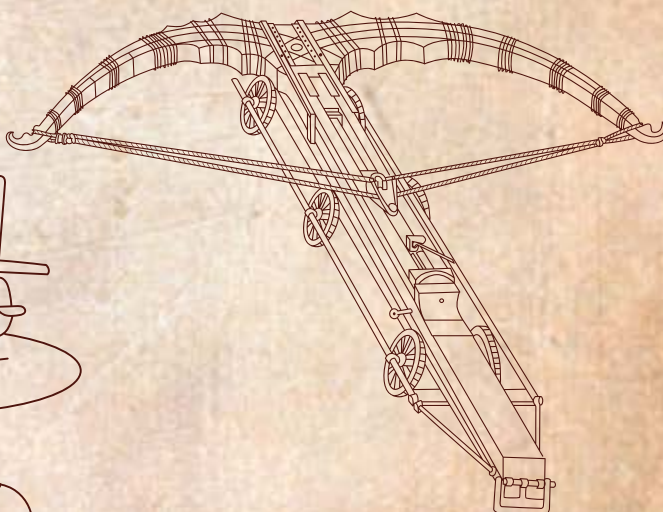
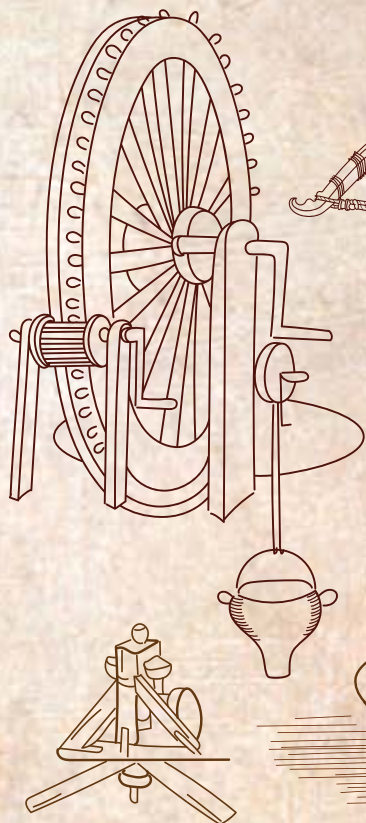
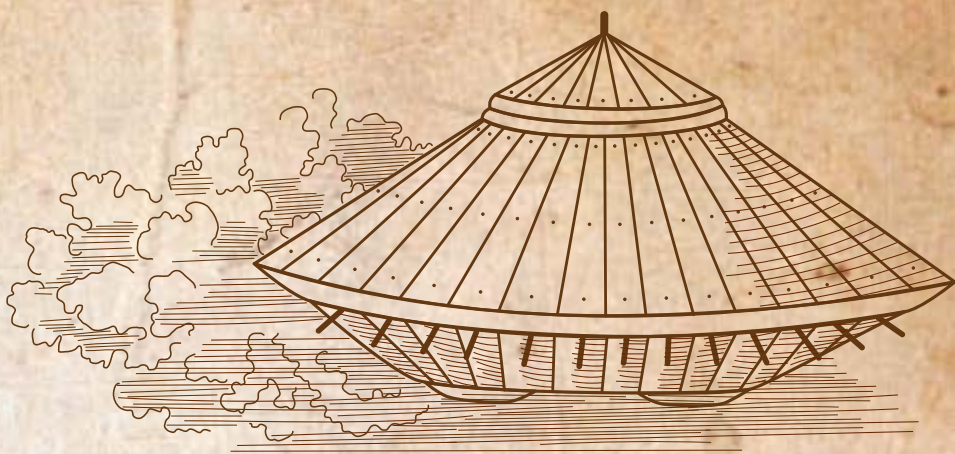


comprimiria o ar para voar, como os helicópteros de hoje. O fascínio em obter meios de fazer o homem voar era tamanho que ele inventou o que se chama de “ornitóptero”, uma espécie de avião que bate asas para voar. Nele, um sistema de engrenagens e roldanas transformava o movimento de uma manivela no bater das asas, tudo inspirado pelas aves e morcegos. Da Vinci até pensou na segurança dos pilotos e inventou o paraquedas.

No céu, na terra ou na água, a criatividade e curiosidade de Da Vinci não tinham limite. Desbravar os mistérios das profundezas de lagos, mares e oceanos sempre foi um desejo. Mas obstáculos óbvios, como a respiração, sempre tornavam a aventura impossível. Da Vinci pensou em uma maneira de tornar possível longos períodos debaixo d’água. Novamente, a semelhança de seus rasunchos com trajes que foram usados durante o século XX para a prática do mergulho é impressionante.

Embora não existissem carros nas ruas até o final do século 19, Da Vinci criou, aos 26 anos, um carro de auto-propulsão. Ele também fez um protótipo de tanque de guerra, uma das invenções mais famosas do italiano. Tratava-se de uma estrutura como um casco de tartaruga pontudo que era movida pela força de oito homens. Além de fornecer proteção para o deslocamento de pessoas, 36 armas de fogo apontavam para todos os lados do veículo, o que faria um belo estrago em uma guerra daquela época. Porém, o desenho do tanque de guerra de Leonardo possuía um erro crasso. Se fosse construído como na planta, o veículo seria incapaz de se mover por girar suas rodas frontais para trás e as traseiras para frente. Historiadores acreditam que Da Vinci “cometeu o erro” propositalmente para impedir que qualquer um conseguisse montar aquela máquina de matar.

As armas de fogo que iriam no tanque de guerra também foram projetadas pelo inventor. Apesar de ser um pacifista e defensor da natureza, Leonardo criou uma arma que pode ser considerada a primeira metralhadora, um conjunto com vários mosquetes (espingardas antigas, uma das primeiras armas de



fogo inventadas) que eram disparados em sequência por meio de uma manivela. Diferentemente das metralhadoras atuais, que disparam múltiplos projéteis pelo mesmo cano, a invenção de Da Vinci precisava ter de fato diversos canos separados para realizar os tiros em sequência. Ainda assim, para a época, um avanço significativo.

Uma vez, Leonardo disseceu o coração de um idoso que morrera aos 100 anos. Acabou fazendo a primeira descrição conhecida de doença coronariana. Hoje, essa é considerada uma das causas mais comuns de morte no mundo.

O multitalentoso artista fez o primeiro protótipo de robô humano. Construído com madeira, couro e metal, ele sentava, acenava e até abria a boca. A Nasa, agência dos Estados Unidos responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial, usou o projeto para criar o primeiro robô humano a comandar uma estação espacial.

As invenções de Da Vinci não param por aí. Desenhos perdidos do italiano têm aparecido nos últimos anos. Ou seja, talvez ele tenha criado algo que até hoje não foi inventado.

# Curso “Liderança Rural” já está disponível aos sindicatos rurais

Capacitação é voltada para a formação de líderes e protagonistas no campo. Módulos poderão ser realizados a partir de julho



Os sindicatos rurais de todo o Paraná já podem formar turmas para receber o curso Liderança Rural, disponibilizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR). A iniciativa faz parte das estratégias do Programa de Sustentabilidade Sindical, desenvolvido pela Federação desde o início de 2018 e tem como objetivo potencializar a capacidade transformadora dos líderes do setor e fomentar o surgimento de novos protagonistas do campo.

Na segunda quinzena de maio, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enviou um ofício a todos os sindicatos rurais, informando que o curso Liderança Rural já está disponível. Para receber o curso, cada sindicato deve mobilizar seus associados e produtores de sua área de abrangência e formar turmas de 20 a 25 pessoas. Os módulos poderão ser realizados de julho a novembro deste ano.

“Esse curso foi apresentado no 1º Encontro Regional de Líderes Rurais. Agora, damos sequência à nossa estratégia de fortalecer o sistema sindical, por meio da formação de novas

lideranças. Já tivemos uma turma-piloto e os resultados obtidos foram muito bons. Neste mundo em plena transformação, quem não se atualiza, fica para trás. E, mais uma vez, o Sistema FAEP/SENAR-PR sai na frente”, diz Meneguette.

## Curso

O curso Liderança Rural foi desenvolvido pelo Sebrae-PR especificamente para o produtor rural, a partir de demandas e parâmetros solicitados pela FAEP. Em decorrência disso, chegou-se a uma capacitação em dois módulos, que totalizam 24 horas, divididas ao longo de três dias de atividades. Um dos responsáveis pelo treinamento, o consultor Celso Garcia, do Sebrae-PR, revela que o foco da capacitação é dar instrumentos aos participantes para que possam refletir sobre o próprio papel e, a partir disso, exercer papel de liderança.

“O programa foi desenvolvido de forma muito dinâmica, com foco central no comportamento humano. A gente quer criar condições para que as pessoas se percebam e que possam, com





## Para solicitar a realização do curso "Liderança Rural", o sindicato rural precisa:

- Definir previamente as datas em que pretende realizar os módulos;
- Formar pelo menos uma turma, entre 20 e 25 participantes, com idade mínima de 18 anos;
- Dispor de sala ampla, com mesas e cadeiras móveis, data-show e quadro;

Mais informações podem ser obtidas no Departamento Sindical da FAEP, pelo telefone **(41) 2169-7963**.

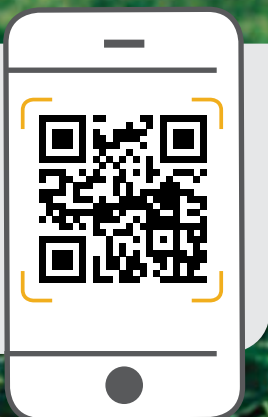


Assista ao vídeo e ouça o áudio da matéria no nosso site [sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)

## CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É simples!

Ligue a câmera do seu celular e aponte para o QR Code, acesse o link e assista.



isso, promover mudanças estratégicas no seu jeito de ser e, por consequência, se tornarem líderes mais efetivos”, aponta.

## Módulos

O primeiro módulo se estende ao longo de dois dias consecutivos, atingindo 16 horas de capacitação. Neste período, os participantes passarão por um processo de autoconhecimento, identificando o próprio perfil e reconhecendo seus talentos e limitações. Esta etapa também contempla os diferentes estilos de liderança, além de trabalhar métodos para trabalhar em equipe, construir consenso e cooperação.

“O ponto de partida é o autoconhecimento. O participante é convidado a exercitar uma percepção sobre si mesmo. A partir do momento em que ele se conhece acaba trabalhando a sua relação com os outros de forma muito mais efetiva”, exemplifica Garcia.

O segundo módulo ocorre duas semanas após a primeira etapa, com carga-horária de oito horas. Nesta fase, os parti-

cipantes serão convidados a fazer uma análise do sindicato rural do qual fazem parte e sua região, identificando oportunidades para inovar e criar soluções de fortalecimento para o setor rural.

“A ideia é que, a partir dessas reflexões, os novos líderes possam efetivar seu potencial de liderança para transformar sua sociedade e desenvolver o meio em que vivem”, resume o consultor do Sebrae-PR.

Como compromisso, cada turma do curso Liderança Rural deve promover um encontro com produtores rurais de sua microrregião e compartilhar o conhecimento, principalmente no que diz respeito sobre o funcionamento do sistema sindical. Além de incentivar que mais pessoas venham a frequentar o curso, esse contato contribui para fortalecer os pilares da organização.

“Nós esperamos, com isso, criar um círculo virtuoso, em que mais produtores sejam sensibilizados a participar, fortalecendo ainda mais o sistema, o que, por sua vez, implicaria em mais conquistas para o setor. Todos ganham”, define João Lázaro, coordenador do Departamento Sindical da FAEP.

ATUALIZAÇÃO



# Controle de gastos para otimizar a produção e ajudar na negociação

Sistema FAEP/SENAR-PR promove levantamento dos custos das cadeias de avicultura de corte e suinocultura

Por André Amorim

Quanto você vem gastando com mão de obra? A energia elétrica representa quanto do seu custo? É muito ou não? Qual o impacto disso na comercialização? Conhecer a realidade de produção de maneira detalhada é o primeiro pas-

so para uma gestão mais profissional. Quando conhecemos, na ponta do lápis, os números da nossa atividade, fica mais fácil enxergarmos onde estamos errando, desperdiçando recursos e os espaços para otimizar o trabalho.

Mais do que isso, o levantamento dos custos da atividade agropecuária

confere aos produtores rurais o embasamento técnico necessário para negociar com mais segurança com compradores, fornecedores e parceiros comerciais. Se não conhecemos os números do nosso próprio negócio, estamos fadados a sermos engolidos em qualquer mesa de negociação.

Ciente disso, o Sistema FAEP/SENAR-PR irá retomar o trabalho de levantamento dos custos de produção nas cadeias da avicultura e suinocultura, atividades com grande importância econômica no Paraná, representando juntas 56,6% do Valor Bruto de Produção (VBP) da pecuária paranaense.

O objetivo é que os pecuaristas tenham dados de referência da sua atividade, de modo que possam controlar melhor seus gastos e ajudem a construir conjuntamente propostas para a melhoria destas cadeias como um todo. Além disso, o levantamento dos custos subsidiará o SENAR-PR na construção de capacitações voltadas para os produtores destas áreas. Uma delas irá ajudar os produtores integrados, que participam das Comissões de Acompanhamento



Assista ao vídeo da matéria no nosso site  
[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)

Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadeacs), a negociar em pé de igualdade com as agroindústrias integradoras.

## Metodologia

A primeira fase do levantamento consiste no envio de planilhas que devem ser preenchidas pelos produtores com os dados da sua atividade. Em seguida serão realizadas reuniões em polos de produção relevantes das cadeias de aves de corte e suínos. Este roteiro começa no dia 3 de junho, com eventos nas regiões Norte e Campos Gerais. O processo será retomado no dia 10 de junho nas regiões Sudoeste e Oeste (veja tabela na página seguinte).

A metodologia utilizada nestes encontros foi elaborada pelo mestre em economia rural Ademir Francisco Giroto, com base em procedimento utilizado pela Embrapa. “O que se discute nestas reuniões são os números que entram na planilha e não o método. Esse método foi definido anteriormente e também é aceito pela agroindústria”, explica.

Na opinião do presidente da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, Carlos Bonfim, “esse é um trabalho muito sério. A planilha do Giroto sempre serviu de base para os avicultores”. Segundo ele, que também é produtor de aves na região dos Campos Gerais, o levantamento é fundamental para subsidiar os produtores com os dados econômicos da atividade. “São pouquíssimos [os pecuaristas] que têm esses números. O pessoal não é muito organizado nesse sentido”, reconhece. “Já as empresas têm os seus custos na ponta do lápis. Então, quando a gente chega na Cadeac para negociar sem os números, acaba apanhando”, avalia.



Por Nicolle Wilsek,  
Médica veterinária do  
Sistema FAEP/SENAR-PR

## Relevância do controle de custos

Conquistar maiores lucros na atividade é o que almeja todo suinocultor, principalmente em momentos após dificuldades ou crises. Diferentemente da avicultura, a suinocultura paranaense ainda é representada pela mescla de produtores independentes, integrados e cooperados, o que reflete várias formas de custos e obtenção de receitas. A produção possui diferentes características quanto às formas de segmentação dos processos produtivos, que visa à agregação e elevação de ganhos, por meio de estratégias de exploração que divergem de acordo com as especializações e especificações de cada fragmento do processo.

Dessa forma, a produção determina custos com amplitudes bem diferentes em cada fase. Por exemplo, a nutrição e insumos usados para leitões na fase inicial são muito mais onerosos do que aqueles usados para suínos na terminação.

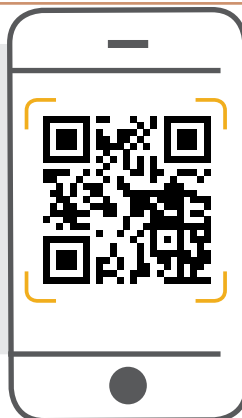
Nesse sentido, a importância do controle de custos efetivo e minucioso do produtor de suínos tem reflexo direto na eficiência da administração e na melhoria de renda expressa pela propriedade, surtindo efeito em melhores condições de vida, investimentos na produção e tomada de decisão na atividade.

A gestão de custos é requerida como uma ferramenta de suporte na geração de informações, com importância e benefícios que na contabilidade de custos proporciona para a atividade suinícola resultados do controle de custos para o planejamento, orçamento e auxílio à gestão da atividade.

### CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É simples!

Ligue a câmera do seu celular e aponte para o QR Code, acesse o link e assista.



Neste sentido, segundo a médica veterinária do SENAR-PR Nicolle Wilsek, o trabalho irá suprir uma lacuna de informação importante nestas cadeias. “Quando falamos em grãos encontramos outras instituições que trabalham com este levantamento de dados. Mas na área de suínos e aves não contamos com fonte fidedigna que traga estes números, ainda mais regionalizados”, diz.

Em cada reunião prevista no roteiro participam, além de produtores, representantes da indústria, do setor de insumos, de equipamentos e instituições financeiras, para que o levantamento de dados seja o mais completo possível. “É uma reunião conjunta com todo mundo no mesmo balaio”, explica o economista Giroto. Até mesmo as agroindústrias integradoras participam destas reuniões. “Ali não é uma negociação, mas um momento para todos trazerem os números. É muito importante essa participação”, avalia Bonfim

Nestes eventos cada produtor participante informa o quanto gastou com energia elétrica, lenha para aquecimento, mão de obra, taxa de manutenção, gás, gasolina, óleo diesel, serviços terceirizados, entre outros custos que impactam a atividade. Os números alimentam uma planilha que calcula a média dos custos de produção naquela realidade local e servirá de subsídio para a argumentação dos produtores nas mesas de negociação e também para que eles próprios conheçam seus negócios.

Na suinocultura, cerca de 30% da produção estadual não atuam nos sistemas de integração ou cooperativista. Para estes produtores independentes é necessário incluir também outros custos, como ração e medicamentos (no sistema integrado/cooperativo são fornecidos pela agroindústria). “É complexo levantar esses dados, pois cada ativi-

dade dentro da suinocultura [produtor de leitão, crecheiro, de ciclo completo] tem instalações diferentes, portanto custos diferentes. Por isso esse trabalho é importante para nortear o produtor”, avalia o presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP e produtor de suínos na região Sudoeste, Reni Gerardi.

## Transparência e participação

Dois fatores são fundamentais para que a estratégia continue trazendo bons resultados. O primeiro é a participação efetiva dos produtores, afinal, sem as informações de cada um será impossível traçar um retrato da atividade na região. Segundo, que as informações sejam confiáveis. “Não adianta vir aqui com números que não sejam verdadeiros. Credibilidade é muito importante”, adianta Giroto.

O suinocultor Gerardi ratifica esta tese. “Vivemos em um período que não permite maquiar custos. Nas reuniões das Cadecs você precisa estar com dados reais na mão para poder defender o seu lado. É a era da transparência”, avalia.

Após a rodada de campo, em que serão levantados os dados de produção nas regiões, os mesmos serão compilados e o resultado será entregue aos produtores, após cerca de 60 dias. A previsão é que outro levantamento de custos seja realizado no final do segundo semestre deste ano. Segundo a médica veterinária do SENAR-PR Mariana Assolari, que também acompanhará os encontros regionais, o objetivo final é incutir nos produtores uma nova cultura sobre a gestão da propriedade. “A ideia é auxiliá-los a manter os dados da atividade sistematicamente organizados”, explica.

### Confira as datas e os municípios onde ocorrerão os encontros para o levantamento de custos de produção:

DATA	ATIVIDADE	HORÁRIO	MUNICÍPIO
03/06	Suinocultura	9h – 12h	Castro
	Avicultura	13h30 – 17h30	
04/06	Avicultura	13h00 – 17h30	Cambará
05/06	Avicultura	8h30 – 12h	Londrina
06/06	Avicultura	8h30 – 12h	Cianorte
10/06	Avicultura	13h30 – 17h30	Chopinzinho
11/06	Suinocultura	8h – 12h	Pato Branco
	Avicultura	14h30 – 18h	Dois Vizinhos
12/06	Avicultura	14h – 17h30	Cascavel
13/06	Suinocultura	8h30 – 12h30	Toledo
	Avicultura	13h30 – 17h30	

## Palestra sobre eSocial em Palotina

Nos dias 7, 8 e 9 de maio, os Sindicatos Rurais de Palotina, Assis Chateaubriand, Nova Santa Rosa e Marechal Cândido Rondon promoveram palestras sobre eSocial e CAEPF para repassar as informações dos procedimentos aos seus associados e produtores da região. O advogado Eleutério Czornei, do Departamento Jurídico da FAEP, foi o responsável por explicar as mudanças e esclareceu dúvidas dos participantes. O eSocial é um instrumento de unificação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Além das questões trabalhistas e previdenciárias, o produtor rural, inclusive segurado especial, deverá informar sua comercialização pelo sistema eSocial.



## Paraná representado na reunião da Cosalfa

O diretor executivo do Fundeprec-PR, Ronei Volpi, participou da 46ª reunião da Comissão Sul-Americana para Erradicação da Febre Aftosa (Cosalfa-46), realizada na cidade de Cartagena, na Colômbia, entre os dias 29 de abril e 3 de maio. Os principais temas debatidos a situação atual dos programas de erradicação da doença nos países membros, os desafios para a sustentabilidade dos serviços sanitários após *status* de livre sem vacinação e a viabilização do banco de antígenos e vacinas para emergências de reintrodução da doença. O dados e informações apresentadas na Cosalfa ratificam as medidas que o Paraná vem adotando em um esforço público-privado para alcançar o *status* de livre de aftosa sem vacinação.

## Turmas-piloto do PER em Guarapuava e Arapoti

Outras duas turmas-piloto iniciaram as aulas na versão atualizada do Programa Empreendedor Rural (PER), desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Sebrae-PR e Fetaep. Os mais novos participantes são dos municípios de Arapoti, nos Campos Gerais, e Guarapuava, na região Centro-Sul. Anteriormente, já tiveram início as turmas-piloto em Toledo (Oeste), Imbituva (Sudeste), Rio Negro (Região Metropolitana de Curitiba) e Tapira (Noroeste). Outras 35 turmas em todo o Estado estão realizando o PER nos moldes tradicionais do programa.



# Cereal mais saudável

## Manejo Integrado de Pragas no Trigo traz vantagens econômicas e ambientais

O Paraná é o maior produtor de trigo do país. Segundo dados da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), o Estado concentra 53,8% de toda área destinada ao cereal. A relevância desta cultura se explica pela importância estratégica do grão na cultura alimentar do brasileiro, em que pão, massas, bolos e biscoitos são itens indispensáveis nas refeições de norte a sul do país.

Desta forma, nada mais adequado do que capacitar os produtores para que a produção tríticola seja mais equilibrada e proporcione maior economia aos agricultores. Por isso, desde 2012, o SENAR-PR oferece o curso “Trabalhador da cultura do trigo – Manejo Integrado de Pragas (MIP)”, comumente chamado de MIP Trigo.

A estratégia desse sistema de manejo, amplamente utilizado em diversas culturas, consiste em utilizar os próprios organismos presentes na lavoura como insetos, aracnídeos, vírus, fungos e bactérias para combater pragas que causam prejuízos econômicos à produção. A chave para a eficácia desse sistema é o monitoramento constante. Apenas acompanhando de perto os talhões e verificando como estão se comportando as populações de insetos (tanto os “amigos” quanto os “inimigos”) é que será possível acompanhar as mudanças para tomar as decisões no momento certo.

Dentre os benefícios do MIP, estão lavouras mais equilibradas, menor risco de contaminação para aplicadores e – por fim – economia no número de aplicações de inseticida. Uma vez de olho na produção, o produtor só pulveriza



### Inscrição

Produtores e trabalhadores rurais interessados em fazer o curso “Trabalhador da cultura do trigo – Manejo Integrado de Pragas (MIP)” precisam entrar em contato com o sindicato rural local ou com um dos escritórios regionais do SENAR-PR.

quando a ação das pragas chega ao nível de dano econômico, e não de acordo com um calendário de aplicações, normalmente recomendado por empresas que vendem estes produtos. Ou seja, só aplica quando é realmente necessário.

Após fazer o curso em 2018, o produtor Anderson Cuppini, de Santa Izabel do Oeste, na região Oeste do Estado, reduziu pela metade suas aplicações de inseticidas. “Antes fazia quatro aplicações por safra. Depois do curso foram só duas”, revela. Com 50 hectares destinados ao cereal, a economia de Cuppini com o MIP chega a 30%. “Inseticida é muito caro”, pondera.

### Curso

O curso possui 16 horas de duração, divididas em duas partes. Na teórica, os

participantes aprenderão a reconhecer as pragas, seus inimigos naturais e as medidas de controle. Na etapa prática, os produtores e trabalhadores rurais vão a campo aplicar o que aprenderam.

Para o instrutor do SENAR-PR Miguel Vicente Ferri, que ministra o curso de MIP Trigo, além das vantagens econômicas, existem benefícios indiretos. “Além da redução do custo de produção, existe redução do risco de contaminação humana, animal e ambiental (solo e água), redução do risco de ocorrência de insetos resistentes aos inseticidas, melhoria na qualidade de alimentos e preservação de insetos benéficos, como polinizadores”, argumenta.

Além do MIP Trigo, o SENAR-PR oferece o curso MIP Soja, que acompanha as diversas fases de produção da oleaginosa.

# SENAR-PR abre edital para bovinocultura leiteira

Empresa irá credenciar instrutores para ministrar cursos voltados para manejo, uso de equipamentos e práticas voltadas para a qualidade do produto

O SENAR-PR está com o edital aberto para a credenciamento de instrutores, por meio de pessoa jurídica, para ministrarem treinamentos na área de bovinocultura leiteira. Os futuros contratados irão prestar os serviços nos 399 municípios do Paraná, conforme a demanda. As inscrições estão abertas até o dia 28 de junho de 2019.

Os instrutores que futuramente irão fazer parte do quadro do SENAR-PR serão responsáveis por treinar produtores e trabalhadores rurais nas áreas de “fenação e ensilagem”, “manejo, sistema e equipamento de ordenha” e “qualidade do leite”.

O processo de seleção tem seis etapas, todas descritas no edital. Os candidatos melhores colocados irão participar de ca-

pacitações técnicas e pedagógicas e de processos avaliativos.

A bovinocultura de leite é uma das principais atividades agropecuárias do Paraná, sendo que o Estado ocupa uma das três primeiras posições no ranking brasileiro de produção de leite e conta com dois dos três municípios que mais produzem no país (Castro e Carambeí). Ainda, o Estado contabiliza o maior número de Vacas Vitalícias do Brasil, animais que produzem mais de 100 mil litros de leite ao longo da vida. Dos 126 animais desta elite registrados no país em 2017, 122 são do Paraná.

O edital com todas as informações do processo seletivo estão no site do Sistema FAEP/SENAR-PR ([www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br)), na seção “Editais”.



## INFORME

Veja também no site  
[www.fundepecpr.org.br](http://www.fundepecpr.org.br)

### FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/04/2019

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCARIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	298,23	-	-	-	-	-	47,64	250,59
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	44.532.249,99	-	2.341.952,64	-	51.171.635,69
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.604.390,50	-	192.156,99	-	16.946.159,33
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.460.455,82	-	-	-	8.284.990,45
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	173.456,87	-	-	-	250.779,65
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	17.004,60	-	-	-	22.843,21
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	217.834,99	-	-	-	301.842,90
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.480,23</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>54.144.073,88</b>	<b>542.225,27</b>	<b>2.675.140,63</b>	<b>77.615,07</b>	<b>76.900.934,41</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>76.900.934,41</b>



# Zarc: eficiência na produção e redução dos riscos climáticos

Ferramenta fundamental para a agricultura do Brasil é elaborada conforme as características de cada cultura e o clima e solo de cada município

Por Bruna Fioroni

As perdas nas lavouras de soja na safra 2018/19 tiraram o sossego dos produtores, principalmente no Paraná.

Esse é um fato que, de tempos em tempos, se repete por todo o Brasil, afinal, o clima é um importante aliado da agricul-

tura. As condições climáticas estão diretamente ligadas à produção e produtividade nas diferentes culturas agrícolas e, ocasionalmente, suas intempéries resultam em prejuízos para o produtor rural.

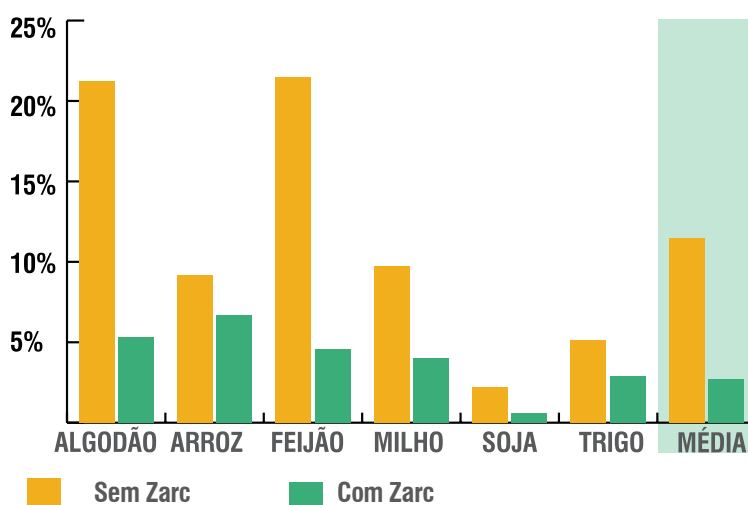
Nesse sentido, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) surgiu para orientar as atividades agrícolas, minimizando as perdas nas lavouras e, claro, no bolso do produtor. O Zarc determina a época mais adequada de plantio, considerando o tipo de cultura, o solo de cada região e a indicação de risco envolvida na produção. Além de instrumento de gestão de riscos, o Zarc é ferramenta obrigatória para participação nos Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais) e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

No caso do produtor que contrata os serviços de uma seguradora privada sem o PSR, o Zarc não é obrigatório. Porém, ao longo dos anos, o zoneamen-





## Percentual de perdas por cultura (1991-1998)



Fonte: Relatório Circunstanciado do Proagro / Banco Central

to tornou-se referência para a maioria, pois diminui os riscos na produção e, conseqüentemente, a quantidade de indenizações. O agricultor, ao contratar uma apólice de seguro rural, via de regra, deve seguir as orientações de Zarc para sinistro em caso de perdas por problemas climáticos.

O Zarc possui coordenação política do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), enquanto a coordenação técnica fica sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Atualmente, são 44 culturas contempladas pela metodologia, cujos estudos se dividem entre 31 unidades da Embrapa, além de outros parceiros. Os resultados são publicados por meio de portarias do Mapa, com classificação por cultura e Estado, contendo mensurações de nível de risco por município, decêndio, tipo de solo e ciclos de desenvolvimento das cultivares.

A FAEP tem atuação direta no Zarc, acompanhando os estudos e reivindicando

## Zoneamento minimiza as perdas

O zoneamento agrícola foi criado em 1996 como forma de tentar reduzir os gastos com coberturas de perdas do Proagro. Nos dois anos seguintes, o Zarc era opcional, passando a ser obrigatório apenas em 1998. Nesse meio tempo, enquanto produtores se dividiam entre seguir ou não o Zarc, para verificar a eficiência dos resultados, foram realizados estudos em seis culturas: algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo.

Segundo o relatório circunstanciado do Proagro do Banco Central, o índice de perdas na produção em cultivos com as orientações do Zarc ficou 8,8 pontos percentuais menor que nos contratos sem o Zarc. “O zoneamento agrícola resulta em uma economia anual de cerca de R\$ 1 bilhão. Para cada R\$ 1 gasto, R\$ 122 são economizados”, demonstra o coordenador da Rede Zarc-Embrapa, Eduardo Monteiro.

Segundo o coordenador do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Jeffrey Albers, o Zarc é referência pela correlação de impor-

tância com o seguro e, sem ele, os produtores podem ter dificuldades na contratação de crédito e seguro rural e, principalmente, nas indenizações em caso de perdas na lavoura. “O Zarc oferece mais segurança para o produtor rural, principalmente aqueles atendidos pelo Proagro, e ameniza riscos”, define.

Além de ser um efeito direto de uma política de gestão de risco, à medida que exige um conjunto de práticas agrônômicas mínimas, uma lista de cultivares específicos e datas de semeadura, o efeito indireto é na difusão da informação. “O Zarc funciona como um indutor de difusão da informação de qualificação e, depois, tecnificação, que acaba sendo também um instrumento de promoção do desenvolvimento da agricultura”, destaca Monteiro.

Ele afirma que, para atender toda demanda exigida e necessária, estima-se que o orçamento anual destinado ao zoneamento deveria ser de R\$ 8,5 milhões. “Metade desse valor seria destinado ao custeio de pessoal e infraestrutura, o que a Embrapa já cobre, e o restante seria para pesquisa. O valor que recebemos hoje não atende 10% da demanda”, aponta o coordenador.



do melhorias para o Paraná. Após a publicação de novas portarias, de acordo com o coordenador do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Jeffrey Albers, os municípios são consultados para verificar se as definições de zoneamento são condizentes com a realidade. Além disso, a Federação trabalha pela reivindicação de recursos para atualização e ampliação de Zarc no Estado do Paraná. Em maio deste ano, a FAEP, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Estado do Paraná (Seab) e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), enviou um ofício ao Mapa solicitando alterações nas culturas da soja, milho e citros, de acordo com as demandas das regiões.

Algumas unidades da Embrapa são especializadas em determinados cultivos, como a Embrapa Soja, Embrapa Milho e Sorgo, Embrapa Arroz e Feijão, entre outras. “Essas unidades têm o especialista na cultura que faz a coordenação do zoneamento em nível nacional, em colaboração com todos os outros centros espalhados pelo país, aproveitando o conhecimento local. Além de desempenhar esse papel na liderança dos diferentes cultivos, há o apoio regional, fazendo a ligação com o setor produtivo nas respectivas regiões”, explica o coordenador da Rede Zarc-Embrapa, Eduardo Monteiro.

Segundo informações da Embrapa Informática, unidade responsável pela

# R\$ 1 bi

Essa é a economia anual por conta do zoneamento agrícola

# 44

Número de culturas contempladas atualmente pela metodologia do Zarc

coordenação geral do Zarc, a base para os estudos são as condições de tempo e clima de cada região e as necessidades de cada cultura. Para fazer a avaliação de risco e chegar ao resultado final de Zarc são trabalhados dados meteorológicos e conhecimentos agrônômicos, que concentram as características de cada cultura, assim como o ciclo de desenvolvimento e as necessidades fisiológicas da planta. No Brasil, os principais fatores de risco são deficiência hídrica ocasionada pelas secas, excesso de chuvas, vendavais, granizo e geadas, este último com maior ocorrência na região Sul devido às baixas temperaturas.

## Atualizações de metodologia

A rede de pesquisadores de Zarc está constantemente trabalhando na revisão de indicadores, atualização da base de dados meteorológicos e aperfeiçoamento dos estudos, para atender às demandas recebidas pelo Mapa. Atualmente, as portarias estão passando por revisões metodológicas e alteração no formato de apresentação, incluindo novas faixas de riscos de acordo com a data de semeadura, com 20%, 30% e 40%. Até então, os estudos de Zarc eram realizados e apresentados para o único risco de 20%. Desde 2016, o zoneamento está articulado com o controle fitossanitário da ferrugem asiática da soja.

“A fronteira agrícola tem avançado ao longo dos anos. Então, temos vários Estados com novas regiões de produção. Essa é uma das atualizações, gerar os estudos de zoneamento para novas regiões de produção e Estados que até então não tinham portarias de zoneamento”, resume Monteiro. Outras atualizações têm incorporado novos fatores de risco, como, por exemplo, a quantificação de chuvas durante a colheita e de risco de abortamento floral em temperaturas muito elevadas.

Ainda segundo o coordenador da Rede Zarc-Embrapa, está sendo re-

alizada a uniformização de parâmetros na metodologia de cada Estado. “Isso está relacionado com a evolução tecnológica da agricultura. A medida que novas tecnologias são incorporadas e a produção aumenta, os sistemas de produção se modificam e temos que atualizar nossos métodos para que o resultado reflita as novas realidades dessa agricultura de transformação”, detalha. Por isso, uma das prioridades da Rede Zarc é melhorar a caracterização de sistemas de produção mais eficientes e menos suscetíveis a riscos climáticos, como os sistemas de Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF).

De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2018/19, a proposta é revisar toda a metodologia até 2020. Com o aprimoramento do Zarc, pretende-se reduzir o custo das apólices de seguro rural, ampliar a área segurada e induzir a inovação tecnológica nas propriedades.

O diretor do Departamento de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Mapa, Pedro Loyola, afirma que existe um planejamento com a Embrapa de ampliação do Zarc para 100 culturas em até três anos, envolvendo, principalmente, os novos sistemas de produção, assim como mudanças de metodologia. “O Zarc é muito dinâmico, não é só fazer novos estudos. A cada três ou quatro anos, no máximo cinco, tem que ter revisão. Quando chegarmos no nível de 100 culturas zoneadas, irá requisitar um determinado orçamento, mas o custo-benefício vai ser muito maior. É um elemento essencial nessa visão de gestão de riscos”, conclui.

## Setor produtivo

Antes da publicação das portarias, os resultados preliminares do Zarc são apresentados em reuniões que contam com a participação de agentes ligados ao agronegócio, como a FAEP, secretarias de Agricultura dos Estados, produtores rurais, assistência técnica, cooperativas, engenheiros agrônomos, equipes de seguro rural, bancos, entre outros. Os

## Produtor precisa seguir o Zarc para garantir indenização

O superintendente executivo de seguros rurais da Brasilseg, Paulo Hora, enfatiza o cumprimento do Zarc como garantia de cobertura do seguro rural. “No momento da contratação de um seguro agrícola, o produtor assume a responsabilidade contratual de que seguirá a determinação do Zarc. O seguro agrícola concede cobertura exclusivamente para danos às culturas seguradas, causados exclusivamente pelos riscos cobertos previstos na apólice de seguros”, explica.

Os riscos a serem cobertos são definidos de acordo com cada tipo de seguro contratado. Os interesses mais comuns no mercado são os seguros de custeio, de produtividade ou de faturamento/receita. Este último, além da produção, incorpora a variável preço da *commodity* na composição da cobertura, garantindo uma receita esperada.

“O Zarc é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura, fundamental e irreversível. Entendemos que cada vez mais, como modelo, o governo e a iniciativa

privada precisam caminhar para um trabalho de integração das políticas de gestão de risco. Logo, Zarc e seguro agrícola andam lado a lado”, ressalta Hora. “É um direcionador importante de tomada de risco para todos os entes envolvidos no setor, principalmente o próprio produtor rural, e precisa continuar em evolução para incorporar outras variáveis e sistemas de produção aos modelos”, conclui.

Ao ser acionado sinistro, a avaliação da propriedade é feita pela perícia da seguradora contratada ou, no caso do Proagro e Proagro Mais, pela Comunicação de Perda ao Agente do Proagro (COP). “Às vezes o produtor não tem as informações corretas. Por exemplo, quando comprar um insumo, precisa guardar a nota fiscal porque na hora que tem uma perda, o seguro vai compensar com o dinheiro que o produtor usou para conduzir a lavoura. Se ele não apresentar nota fiscal, não tem como reembolsar. A perda de plantio tem que ter essa relação”, aconselha.

Quando a indenização de seguro é recusada por falta de cumprimento do Zarc, o produtor ainda pode reivindicar revisão na Comissão Especial de Recursos (GER).

resultados são discutidos com pessoas que conhecem a realidade local para tentar identificar discrepâncias. “Isso já resolve a maior parte dos problemas e nos dá uma segurança de aderência dos resultados com a realidade. Agora, mesmo assim, existem queixas e reclamações em relação ao Zarc. Isso ocorre devido ao fato de que nós não temos como simular ou representar tal resultado de toda a variabilidade que ocorre no meio rural. Então, normalmente, a gente trabalha com os principais cenários médios que representa 90% da agricultura nacional”, acrescenta.

As exceções se concentram em regiões de transição. Nestes casos, Monteiro garante que o número de

reclamações é pequeno. Essas regiões, de transição de baixo para maior risco, ocorrem devido às mudanças de características climáticas ou de solo. “É natural perceber essas mudanças de um município para outro, isso ocorre em várias regiões do país. Em algum momento aparecerá um município que entrou em certo zoneamento no máximo do limite, e, então, os próximos ficam de fora porque excedeu o nível de risco”, observa. “Às vezes a diferença é realmente pequena. O problema é que um município passou, mas foi próximo do limite, então poucos quilômetros depois, a cidade seguinte já não passa mais nas faixas de risco aceitas pelo Proagro”, complementa.



UBIRATÃ

### PRODUÇÃO ARTESANAL

O Sindicato Rural de Ubiratã, a Secretaria de Educação e a Ação Social de Ubiratã promoveram o curso “Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos”. A instrutora Silvia Lucia Neves ministrou as aulas para 15 alunos nos dias 23 e 24 de janeiro.



JUSSARA

### TRATORISTA AGRÍCOLA

O curso “Tratorista Agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12” aconteceu entre os dias 8 e 13 de fevereiro, por iniciativa do Sindicato Rural de Cianorte e da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Oito pessoas tiveram aula com o instrutor Lucas David Schemberger.



CAMPINA DA LAGOA

### DERIVADOS DE LEITE

Um grupo de 15 pessoas participou do curso “Produção Artesanal de Alimentos - derivados de leite”, nos dias 27 e 28 de fevereiro. A capacitação ministrada pelo instrutor Sérgio Kazuo Kawakami foi organizada pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.



ASTORGA

### JAA

Desde o dia 14 de março, um grupo de 20 jovens tem aulas com o instrutor Adriano Oliveira Mesquita no curso “Produtor Agrícola - Jovem Agricultor Aprendiz - preparando para gestão”. A capacitação organizada pelo Sindicato Rural de Astorga e pelo Centro de Referência da Assistência Social segue até dia 16 de julho.



DOURADINA

## APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Entre os dias 19 e 21 de março, 11 pessoas participaram do curso “Trabalhador Volante da Agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31.8” promovido pelo Sindicato Rural de Umuarama, a Prefeitura de Douradina e a Secretaria de Agricultura. O instrutor responsável pelas aulas foi Paulo Roberto Marchesan.



PALOTINA

## TRABALHADOR AGROPECUÁRIO

Um grupo de 14 alunos do curso de Agronomia e Medicina Veterinária da UFPR, Setor Palotina, fez o curso “Trabalhador Agropecuário - forragicultura - estabelecimento, recuperação e reforma de pastagens”, organizado pelo Sindicato Rural de Palotina. As aulas ministradas pelo instrutor Claudécir Sebastião Prieto aconteceram nos dias 21, 22 e 23 de março.



MARIALVA

## JARDINAGEM

O Sindicato Rural de Marialva organizou o curso “Jardinagem - implementação e manutenção”, entre os dias 21 e 25 de março. A instrutora Cassia Helena Borghi de Barros treinou 10 pessoas.



JAGUAPITÃ

## BÁSICO EM MILHO

Nos dias 21 e 22 de março, aconteceu o curso “Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de cereais - básico em milho”, organizado pelo Sindicato Rural de Jaguapitã. A instrutora Celeste de Oliveira Mello preparou 12 alunos.

# VIA RÁPIDA



## Farol de Alexandria

Uma das sete maravilhas do mundo antigo, o Farol de Alexandria foi erguido por volta do século 280 a.C. A torre de mármore foi construída na ilha de Faros (por isso o nome “farol”), próxima ao Porto de Alexandria, no Egito. Infelizmente, a construção foi destruída por um terremoto em 1375, e suas ruínas só foram localizadas em 1994 por mergulhadores. Os arqueólogos dizem se tratar de um farol com altura entre 103 e 118 metros e uma base de 30 metros quadrados.



## Imagine o hot dog...

Para fazerem a maior salsicha do mundo, os cozinheiros da cidade de Vinkovci, na Croácia, usaram 400 quilos de carne de porco, 10 de sal, 2,5 de pimenta em pó e 3,5 de alho, suficiente para produzirem 530 metros do condimento com capacidade de alimentar 3 mil pessoas.

## Lagosta boxeadora

O camarão Mantis ganhou o apelido de lagosta-boxeadora pela sua capacidade de quebrar conchas com as suas garras que parecem com um martelo, apesar de medir menos de 30 centímetros de comprimento. O material que compõe suas garras é tão resistente que foi objeto de estudos da força aérea norte-americana, com o objetivo de criar aeronaves com um material similar.



## Baleia explosiva

Em 1970, no Estado de Oregon, nos Estados Unidos, uma baleia cachalote morta encalhou na praia de Florence. A carcaça do animal começou a causar transtornos quando começou o processo de decomposição, exalando gases e cheiros desagradáveis. A solução para remover as 65 toneladas foi explodi-la com dinamite. A ideia não deu muito certo. Pedacos do animal foram parar em todos os lugares da praia.

## Copa das funerárias

A Copa Ataúdes acontece todos os anos na cidade de Juliaca, no Peru. Trata-se de um torneio de futebol onde os times representam funerárias (isso mesmo que você leu). O prêmio para os vencedores é um caixão fúnebre, o que é muito apropriado. Aliás, ataúde significa “caixão”.



## WHITTIER

Existe uma cidade no Alasca chamada Whittier, em que os habitantes vivem sob o mesmo teto. Como? 75% dos moradores da cidade compartilham um prédio que foi construído para abrigar soldados na Segunda Guerra Mundial. No mesmo prédio, há um restaurante, igreja, mercado, posto de polícia e até o escritório da Prefeitura.



## Milhão X Segundo

O metido a malandro consegue uma conversa com Deus:

- Deus, posso te perguntar uma coisinha?
- Mas é claro!
- O que são um milhão de anos para você?
- Um segundo.
- E um milhão de dólares?
- Um centavo.
- Então Deus, bem que o Senhor podia me dar um centavo?
- Aguarde um segundo.



## UMA SIMPLES FOTO



# CURSO OPERAÇÃO DE DRONES

Venha conhecer as potencialidades do uso desta tecnologia nas atividades agropecuárias.

Interessados devem procurar o seu sindicato rural ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR.



**SISTEMA FAEP**



Acesse a versão digital deste informativo:

**sistemafaep.org.br**

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

## Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

## EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

## REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

